

Baixa da taxa de lucro e crescimento chinês*

Mylène Gaulard**

Introdução

É importante estudar o processo de acumulação da China a fim de melhor compreender os limites contra os quais o crescimento econômico chinês corre o risco de se confrontar no futuro. Segundo alguns economistas, a China apresenta uma taxa de investimento demasiadamente elevada, que ameaçaria lesar a continuidade de seu processo de acumulação. A partir dessa constatação, diferentes estudos procuram explicar os problemas encontrados pelo país em sua relação com o investimento, mas, sobretudo, é essencial retomar aqui as ferramentas de análise que nos fornece a teoria da baixa tendencial da taxa de lucro. Essa teoria, posta em evidência há mais de um século por Karl Marx, parece, com efeito, explicar a situação experimentada hoje pelo gigante econômico asiático.

A análise da taxa de investimento chinesa: um investimento demasiadamente elevado?

Um problema de produtividade?

Na China, a taxa de investimento atingiu em 2008 47% do PIB, um recorde mundial. Entretanto, ao invés de se felicitem devido a uma acumulação de capital tão forte, as autoridades chinesas começaram a se inquietar. Desde 2006, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao pedem uma redução dos investimentos. Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento e de Reforma, “se a amplitude do investimento é demasiadamente importante, se o crescimento do investimento é excessivamente rápido e se a composição do investimento é irracional, então a solidez e o ritmo do crescimento da economia serão afetados”. Sobre quais elementos se fundam as autoridades para decretar que o investimento é demasiadamente elevado? É o que nós procuraremos compreender no que se segue.

Para numerosos economistas, “as taxas de poupança e de investimento ininterruptamente crescentes, para uma taxa de crescimento estável em torno de 8% ao ano, são um sintoma patente da dificuldade da China em empregar eficazmente seus recursos” (CIENIEWSKI e BENAROYA, 2004, p.9). Como o havia analisado Paul Krugman¹ no caso dos NPI* asiáticos antes da crise de 1997, o crescimento econômico chinês repousaria apenas sobre a acumulação dos fatores de produção e não sobre uma alta da produtividade. A manutenção do crescimento não seria, então, sustentável em longo prazo. Assim, os

* Tradução de Victor Vigneron.

** Professora-pesquisadora de Economia Internacional na ISTOM, Escola de Engenheiros em Agro-Desenvolvimento Internacional de Cergy-Pontoise.

¹ KRUGMAN, P. *Pourquoi les crises reviennent toujours*, Seuil, Paris, 2000, pp. 39-57.

* Novos Países Industrializados [Nota do tradutor].

trabalhos de Young e de Lau mostram que, entre 1960 e 1994, a produtividade global dos fatores não explicaria mais que entre 20% e 30% da taxa de crescimento dos NPI asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong), enquanto a acumulação de capital explicaria entre 50% e 70% dessa taxa. Para Yanrui Wui (1996), o crescimento chinês seria também hoje obtido exclusivamente pela acumulação massiva de fatores de produção (capital e trabalho). Já no início dos anos 1980, em Xangai, enquanto a produção das empresas do Estado aumentava 6,1% ao ano, a produtividade global dos fatores de produção recuava 0,8%. O crescimento econômico chinês não é, pois, sustentável, e a posição da China no cenário internacional corre o risco de ser, segundo essas teorias, posta em questão. Nós veremos que a simples acumulação de fatores de produção, quando não acompanhada de reais ganhos de produtividade, pesa sobre a rentabilidade do capital.

Em 2006, Diana Hochraich e Benjamin Delozier publicaram um artigo intitulado "O investimento na China é excessivo?", e segundo esses dois economistas a resposta à questão colocada é negativa. A taxa de investimento seria excessiva no caso de se observar uma baixa de rentabilidade do capital e uma desaceleração da produtividade global dos fatores² nas empresas chinesas. Ora, esses fenômenos seriam observáveis apenas nas empresas do Estado, e, fora delas, não haveria, segundo a argumentação de Hochraich e Delozier, investimento excessivo. O risco proviria, então, sobretudo das empresas do Estado, empresas que apresentam taxas de endividamento superiores a 80%, ao passo que suas performances são muito mais fracas que a média nacional. Por muito tempo ao abrigo de toda concorrência, e recebendo numerosas subvenções do Estado, os dirigentes não procurariam fazer crescer a produtividade dessas empresas, que se caracterizariam por uma ameaçadora ineficácia. Ainda hoje, créditos duvidosos não param de se multiplicar nessas empresas, ainda que o governo tome regularmente medidas para frear esse endividamento e tenha criado organismos específicos para se encarregar dos créditos duvidosos acumulados ao longo dos anos 1990. Segundo a sociedade de avaliação Moody's, seriam necessários 620 bilhões de dólares (25% do PIB chinês) para recapitalizar o sistema bancário. Sem dúvida que, fora das empresas do Estado, a produtividade global dos fatores desacelerava nos anos 1990, mas ela aumentaria, segundo Hochraich e Delozier, 4% entre 2002 e 2004. Quanto à produtividade do capital, ela estava em baixa desde o fim dos anos 1980, mas isso seria devido à alta da produtividade do trabalho (substituição do capital por trabalho) e não à acumulação excessiva de capital.

² A produtividade global dos fatores (PGF) é o crescimento de riqueza que não é explicado pelo crescimento do uso dos fatores de produção, capital e trabalho. O elemento principal da PGF é o progresso técnico que, com uma combinação dada de fatores de produção, permite que se crie mais riqueza. A PGF corresponde à diferença entre o crescimento da produtividade do trabalho e aquela da intensidade capitalística, diferença em seguida multiplicada por 0,4 para tomar em conta a baixa sistemática da parte do trabalho no processo de acumulação (AGLIETTA e LANDRY, 2006, p. 26). Evidentemente, o cálculo dessa produtividade global, em razão de seu aspecto extremamente complexo, levanta grandes divergências não apenas nos resultados obtidos, mas igualmente no simples fato de se interrogar sobre a possibilidade e a pertinência de efetuar tal cálculo. Mesmo aceitando as críticas que são endereçadas a esses estudos, nós apresentamos aqui as análises mais importantes que foram realizadas sobre essa produtividade global, pois elas permitem introduzir nosso estudo sobre a taxa de lucro. No caso da China, a maioria desses estudos conclui sobre a observação de uma produtividade do capital cada vez mais fraca, o que endossa aquilo que nós exporemos em seguida.

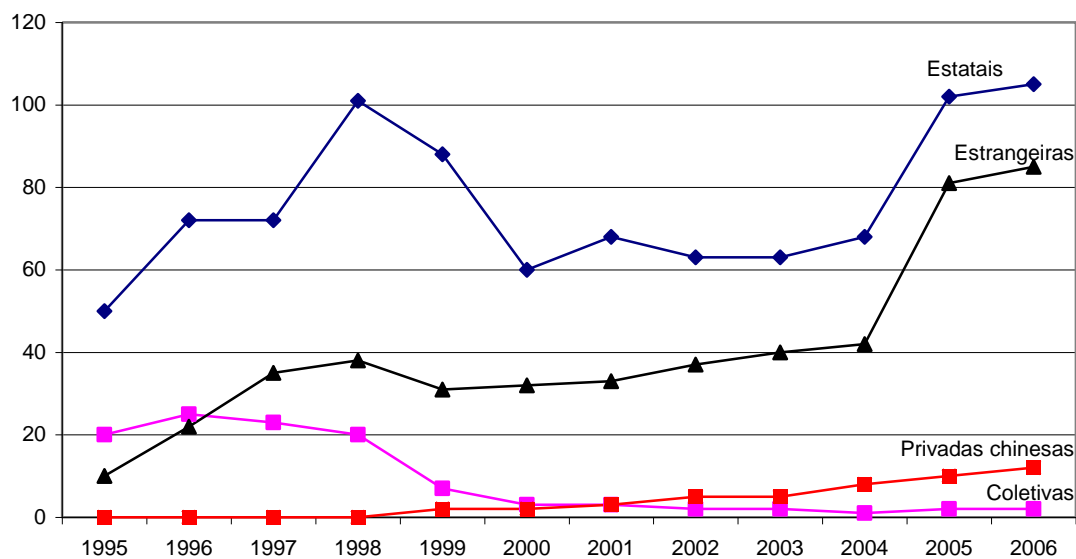
O caráter social indispensável do investimento público na China

O investimento público representa 40% do investimento total na China e 17% das empresas instaladas sobre o território chinês são empresas do Estado. A fraca rentabilidade das empresas do Estado é por vezes atribuída ao seu papel social: ali os salários são mais elevados que no resto do aparelho produtivo e somas importantes são utilizadas para assegurar aos seus empregados condições de vida “decentes”. É comum que os chineses recebam salários da parte de sua antiga empresa mesmo após terem sido demitidos (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 47). Além disso, considera-se que cerca de 20% dos empregados das empresas do Estado sejam supérfluos (PEROTTI e SUN, 1998, p. 13). As empresas do Estado não podem, portanto, ser consideradas como empresas como as outras: a busca da rentabilidade econômica não é seu único objetivo. Foi estimado que 40% da diferença de lucratividade entre as empresas do Estado e as empresas de cidades e de vilas (TVE¹¹) pode ser atribuída ao custo da proteção social oferecida por aquelas empresas. Entre os camponeses chineses, é comum afirmar que o socialismo não foi instaurado fora das zonas urbanas e das empresas do Estado.

Essas últimas foram também implantadas em setores onde os preços são mantidos a um nível muito baixo a fim de facilitar a acumulação nacional. Dessa forma, 80% da produção energética é assegurada por essas empresas (EYRAUD, 1999, p. 154), empresas que são, pois, comumente obrigadas a vender com prejuízos (PEROTTI e SUN, 1998, p. 15). Longe de privilegiar apenas a rentabilidade econômica, essas empresas jogam, portanto, um papel social e econômico indispensável ao prosseguimento da acumulação nacional. Notemos igualmente que até o início dos anos 1980, as empresas do Estado deviam transferir integralmente seus lucros ao Estado chinês, e o reinvestimento desses lucros, decidido pelo Estado central, se efetuava raramente nas empresas mais dinâmicas: não havia, pois, nenhuma incitação para que os dirigentes das empresas do Estado melhorassem a rentabilidade das empresas que lhes eram confiadas (EYRAUD, 1999, p. 249).

Figura 1: Perdas das empresas chinesas (em bilhões de yuans)

¹¹ Township and Village Enterprises.



Fonte: Missão Econômica de Pequim, Direção de Relações Econômicas Exteriores, 2006, gráfico elaborado pela autora.

Esse trabalho de Hochraich e Delozier chegou, porém, a conclusões contrárias ao que é regularmente afirmado nos diferentes estudos realizados sobre a produtividade chinesa. Isso certamente se deve ao fato de os dois autores descartarem um elemento maior: o investimento público corresponde a 40% do PIB da China e é, portanto, necessário levar em conta os resultados do setor público para mensurar a evolução da produtividade chinesa. Diferentemente, como o revela a figura 1 acima, as empresas privadas parecem apresentar perdas financeiras importantes³, perdas que também terão de ser explicadas a seguir. Assim, segundo Kujis e Wang (2006), de 1978 a 1993, a produtividade do trabalho cresceu em média 7% ao ano: 50% desse crescimento estava ligado à alta da produtividade global dos fatores e o resto à baixa da produtividade do capital. Ora, de 1993 a 2004, a produtividade do trabalho se elevou em média 7,8% ao ano e apenas um terço desse crescimento fora devido à alta da produtividade global dos fatores. Diversamente, segundo Gérard-Marie Henry (2006, p. 78), a produtividade global dos fatores teria inclusive tendência a diminuir desde 2000, diminuição de cerca de 0,5% ao ano. Ele retoma, assim, nas suas conclusões os trabalhos de Hay e Yunnan Shi (2006). A tabela abaixo resume os resultados encontrados por Aglietta e Landry (2007) sobre a evolução das diferentes produtividades na China: observa-se assim uma estagnação da PGF há 10 anos e uma forte alta da intensidade capitalística, a baixa da produtividade do capital jogando um papel maior na alta da produtividade do trabalho chinês (AGLIETTA e LANDRY, 2007). Em realidade, como nós iremos demonstrar logo em seguida, a produtividade dos novos ativos em capital diminui em razão do superinvestimento, mas igualmente devido ao “mal investimento”.

³ Essas perdas correspondem a uma renda bruta de exploração negativa, dada essencialmente a uma margem insuficiente (ligada à presença de fenômenos de superprodução nos setores menos monopolísticos).

Figura 2: Evolução da produtividade global dos fatores na China

	Produtividade do trabalho	Intensidade capitalística	PGF
1980-1984	6,6	4	5,2
1985-1989	2,4	5,7	0,5
1990-1994	10,4	9,4	7
1995-1999	6,1	11,7	2,2
2000-2004	11,5	22,5	2,5

Fonte: AGLIETTA e LANDRY, 2007, p. 25.

Ou um problema de superprodução?

Desde 1949 a produtividade do trabalho chinês não cessa de aumentar e essa evolução foi desde o início estimulada pela forte acumulação das empresas do Estado. Em 1949, logo antes da chegada ao poder do partido comunista chinês, a indústria não representava mais que 10% do PIB, enquanto essa parte era de 75% em 1978, logo antes da abertura econômica. Essa industrialização se realizou pela utilização intensa de capital fixo. Posto que a China se beneficia desde sempre duma mão de obra abundante, as empresas do Estado se caracterizavam, desde os anos 1950, por uma intensidade capitalística muito elevada. De 1952 a 1995, o valor agregado da indústria pesada foi dessa forma multiplicado por mais de 100, enquanto que o da indústria leve, menos consumidora em capital fixo, se elevou apenas 15% (MADDISON, 1998, p. 89). Ainda em 1999, as empresas do Estado utilizavam 53% do capital fixo e apenas 41% da população ativa do país (CHANG, 2001, p. 54). As empresas chinesas, e notadamente as empresas do Estado, utilizam muito capital⁴: Segundo Justin Lin (2000; 2007), esse modo de acumulação se realiza em detrimento do emprego, mas engendra igualmente gargalos nas indústrias de base (energia, transportes e matérias-primas) (LIN, 2000, p. 151).

De outra parte, a forte intensidade capitalística das empresas do Estado é também em parte responsável pelo fato de essas empresas terem desde sempre funcionado sobre grandes escalas de produção inadaptadas ao volume da demanda nacional. Em 1978, a empresa industrial chinesa média empregava 11 vezes mais assalariados que a empresa japonesa (MADDISON, 1998, p. 16). Esse modo de gestão gerava capacidades de produção ociosas, devido a uma demanda insuficiente: em 1980, apenas 66% das capacidades de produção eram utilizadas (BOUTILLIER e UZINIDIS, 1989, p. 19). Hoje, a multiplicação dos investimentos ainda é responsável por fenômenos de superprodução. O investimento permanece em níveis extremamente elevados na China, notadamente em razão da proliferação de empresas industriais que apresentam uma forte produtividade do trabalho, o que provoca fenômenos importantes de superprodução. A concorrência em diversos setores leva as empresas a diminuir seus preços e por vezes a lançar mão de redes mafiosas para se

⁴ Segundo Justin Lin, 1 bilhão de yuans investidos nas empresas do Estado criam 100.000 oportunidades de emprego, enquanto que esse investimento engendra cinco vezes mais empregos em empresas não-estatais (LIN, 1996, p. 55).

livrar dos concorrentes mais perigosos (HE QINGLIAN, 1999). As capacidades de produção excedentes aumentam, o que pesa sobre o lucro. Por exemplo, no setor do aço, registram-se hoje mais de 120 milhões de toneladas de produção excedente (o que é superior à produção total do segundo produtor mundial, o Japão) (LARDY, 2006). É, pois, inegável que a China se confronta com um investimento excessivo.

Como nós vimos acima, a superutilização de capital engendra uma diminuição da produtividade do capital e uma estagnação da produtividade global dos fatores. Além disso, esse modo de acumulação é também responsável por um nível de desemprego elevado e daí à formação duma mão de obra excedente cada vez mais abundante. Evidentemente, em tais condições, a demanda interna não pode deixar de declinar, o que reforça os fenômenos de superprodução. Não apenas a forte taxa de crescimento da China se explica antes por uma superacumulação de capital que pelo progresso técnico, mas, sobretudo, o investimento é acompanhado por fenômenos de superprodução importantes. É possível, pois, afirmar que essa taxa é hoje excessiva.

A explicação dessa taxa de investimento, e “remédios”

O papel da burocracia regional

Resta por estudar, agora que nós vimos os impactos negativos sobre a economia dessa taxa de investimento excessiva, as razões que fazem com que o sistema seja incapaz de se autorregular e de diminuir a taxa de investimento, a fim de restabelecer certa rentabilidade nas empresas, lutar contra os fenômenos de superprodução e deter a baixa de produtividade do capital.

Em 1979, quando a China decidiu liberalizar sua economia, as empresas do Estado se viram confrontadas com a concorrência de empresas privadas muito mais dinâmicas, e seu peso na economia chinesa se pôs a diminuir fortemente. Enquanto elas estavam na origem de 80% da produção industrial em 1979, essa parte não resultava mais que 40% em 2006. Isso não significa, porém, que as empresas do Estado que subsistem hoje sejam rentáveis: em 2006, considerava-se que 40% delas eram deficitárias. Numerosas razões podem explicar a manutenção de empresas tão pouco competitivas. Num primeiro momento, parece que o governo central, assim como os governos locais recebem sempre os dois terços de suas rendas das empresas do Estado (EYRAUD, 1999, p. 154). Sua alíquota de imposto é superior àquela das outras empresas, pois elas não podem fazer pressão e negociar com as autoridades centrais ou locais ameaçando-as de instalar-se em outro lugar (PEROTTI, 1998, pp. 13-14). O conjunto das empresas do Estado, apesar de sua fraca produtividade, continua, portanto, a repassar rendas ao governo, o que não incita este último a fechá-las. Com sua imagem da gaiola e do pássaro (EYRAUD, 1999, p. 251), Chen Yun declarava que o Estado chinês deveria conservar uma parte de sua influência sobre a indústria chinesa e sobre o conjunto da economia: “Estimular a economia deve ser feito sob a direção do plano. É como a relação entre o pássaro e a gaiola. Você não pode simplesmente ficar com o pássaro em suas mãos, senão ele morre. Você deve deixá-lo voar, mas você só pode deixá-lo voar numa gaiola. Sem gaiola, ele voa embora”. Apesar da privatização de numerosas

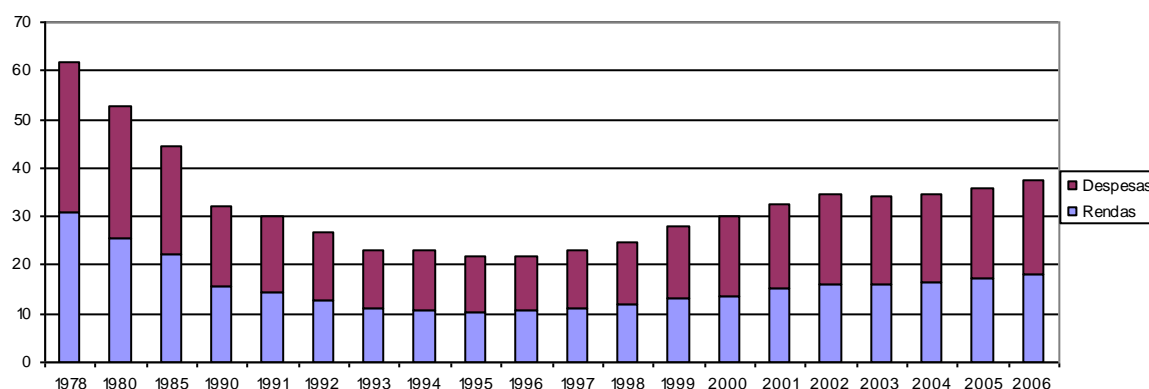
empresas públicas desde meados da década de 1990, o Estado não deseja se desembaraçar de todas as suas empresas, fornecedoras muitas vezes de produtos indispensáveis ao conjunto da esfera produtiva, e isso a preços inferiores aos custos de produção. Empresas do Estado pouco produtivas são igualmente conservadas a fim de limitar os riscos sociais gerados pela liberalização da economia (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 29).

Sobretudo, o poder dos funcionários repousa sobre essas empresas, pois elas os permitem beneficiar-se duma imagem positiva junto à população local: os governos locais mantêm, portanto, numerosas empresas pouco produtivas a fim de justificar seu poder, sem se preocupar em assegurar sua rentabilidade econômica; da mesma forma, novos projetos de investimento são regularmente iniciados (por vezes sob pressão pela modernização do aparelho produtivo), em detrimento do aprofundamento dos investimentos preexistentes, e, portanto, em detrimento da eficácia dessas firmas (PEROTTI e SUN, 1998, p. 15). Esse comportamento também contribui para acentuar os fenômenos de superprodução. Enfim, os diretores são muitas vezes altos funcionários e sua responsabilidade não é jamais posta em causa no caso de perdas financeiras, o que não os leva a melhorar a rentabilidade econômica das empresas que lhes são confiadas. Na realidade, as autoridades locais desejam fazer crescer seu poder investindo sobre o território, e beneficiar-se em consequência de empréstimos vantajosos.

Até 1979, tais investimentos eram ainda mais atraentes, de modo que o mercado chinês ficava fechado à concorrência e as empresas do Estado se beneficiavam assim dum status de monopólio. As províncias chinesas estabeleceram toda uma série de proteções aduaneiras para impedir que certos produtos saíssem ou entrassem. As empresas implantadas no território chinês devem, portanto, defrontar-se com numerosos obstáculos instaurados pelas autoridades locais. Apesar da abertura econômica do país e sua adesão à OMC em 2001, a abertura das fronteiras regionais parece não seguir a abertura das fronteiras nacionais. A natureza "feudal" do aparelho produtivo chinês, característica que representa antes um elemento do modo de produção asiático, explica então em parte a superabundância de projetos de investimento disseminados sobre todo o território, assim como a distorção existente entre a abundância de investimentos e a demanda efetiva.

A necessidade de agir sobre as taxas de juros

Figura 3: Rendas e despesas do governo chinês em porcentagem do PIB (1978-2006)

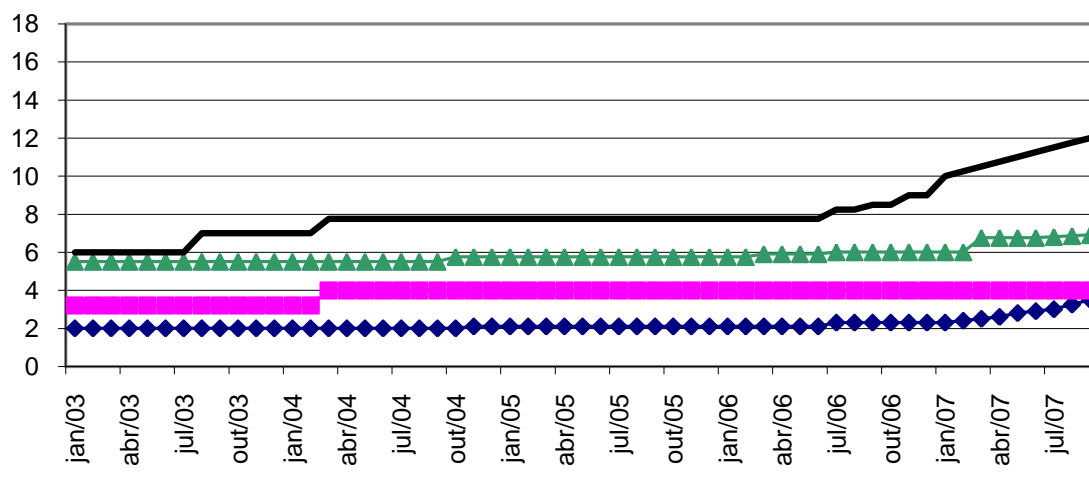


Fonte: China Statistical Yearbook, gráfico produzido pela autora.

Por outro lado, graças à figura 3 acima, compreende-se porque a “natureza feudal” do aparelho produtivo chinês não desencoraja os empresários de investir, apesar do mercado interno restrito e de fenômenos de superprodução cada vez mais importantes. Dessa forma, as despesas governamentais aumentam constantemente, seja para investir, seja para ajudar os industriais em dificuldade. Ora, as taxas de juros extremamente baixas permitem que eles obtenham empréstimos bem vantajosos, as empresas do Estado concentrado sozinhas 75% dos empréstimos bancários (as outras empresas se baseando essencialmente sobre o autofinanciamento). Certamente, a taxa de reservas obrigatórias é extremamente elevada (superior a 15% contra 2% na zona do euro), mas como nos revela o gráfico abaixo, apesar desse constrangimento imposto aos bancos, a taxa de empréstimo permanece baixa (é inferior a 8%). Isso se explica notadamente pela presença duma poupança abundante (superior a 50% do PIB), proveniente tanto das famílias quanto das empresas, mas, sobretudo, pela vontade expressa pelos dirigentes chineses de manter o nível do yuan o mais baixo possível perante a evolução atual do dólar⁵. Em tais condições, parece difícil prever uma desaceleração da taxa de investimento.

⁵ Não obstante, desde julho de 2005, data da revalorização do yuan e do abandono do câmbio fixo com o dólar, a alta do yuan se acelerou regularmente, passando de 2,6% em 2005 a 3,4% em 2006 e 6,9% em 2007. Assim, desde julho de 2005, a moeda chinesa prosseguiu sua apreciação frente à divisa americana ganhando algo como 15%, em particular nesses últimos meses. Desde o ponto baixo de novembro de 2007, o yuan igualmente se apreciou 4,5% frente ao euro.

Figura 4: Taxas de juros na China (2003-2008)



Fonte: Missão Econômica de Pequim, Direção de Relações Econômicas Exteriores (março de 2008).

Para solucionar o problema do superinvestimento chinês, Nicholas Lardy (2006) propõe aumentar o consumo nacional, particularmente através da redução da taxa de poupança, taxa que permanece hoje em níveis elevados notadamente por razões sociais (poupança de precaução para fazer face às despesas de aposentadoria, de saúde, de educação...). Ela ultrapassa os 50% do PIB, o que representa mais uma vez um recorde mundial. Para Lardy (2006), seria, portanto, útil lutar contra os fenômenos de superprodução e contra o superinvestimento, agindo diretamente sobre a demanda nacional. Para fazê-lo, seria importante, sobretudo, baixar a taxa de poupança através da diminuição dos impostos (notadamente para os camponeses, categoria das mais afetadas pelas taxas), mas igualmente elevando os salários e aumentando as despesas públicas (a fim de limitar a poupança de precaução que visa hoje fazer face às despesas de educação, de saúde e de velhice das famílias chinesas).

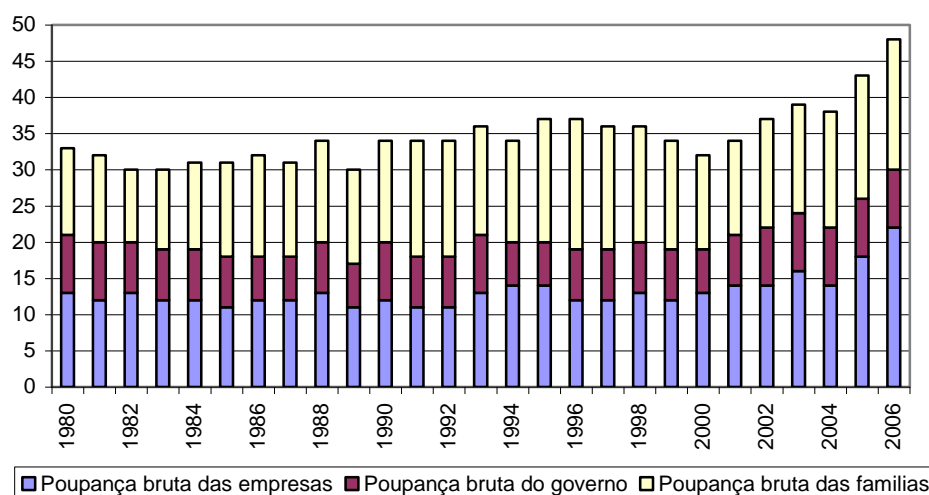
Entretanto, tal política parece difícil de ser aplicada na China. Dessa forma, uma diminuição das taxas rurais dificilmente seria estabelecida (o governo chinês reduziu a taxa agrícola em 2006, mas essa baixa foi compensada pela elevação de outros impostos: de fato, essa taxa agrícola não corresponderia mais que a um terço do fardo fiscal dos camponeses); da mesma forma, um aumento real do salário mínimo que afetaria a maioria dos trabalhadores ainda não ocorreu: em julho de 2006, o salário mínimo nacional foi aumentado, mas esse salário corresponde apenas a uma minoria da mão de obra (em Pequim, apenas 2,4% da força de trabalho ganha um salário mínimo), e ele não corresponde geralmente mais que a um quinto do salário local (LARDY, 2006). De outra parte, as autoridades regionais são livres para aplicar ou não tal medida. Quanto às despesas sociais,

elas são limitadas pelo orçamento do Estado central, que diminui progressivamente⁶ relativamente ao orçamento das diferentes regiões, o que é motivado pela descentralização. Essa solução aparece, portanto, muito utópica por enquanto.

Para lutar contra o superinvestimento, outra solução seria elevar as taxas de juros que são atualmente muito baixas. Certamente, o banco central chinês joga tão bem com o nível das reservas obrigatórias que com a taxa de juros de curto prazo. Assim, em 2007, a taxa de reservas obrigatórias aumentou nove vezes, até atingir 15% em janeiro de 2008 (enquanto essa taxa era de 2% na zona do euro), e as taxas de juros foram aumentadas cinco vezes. Por enquanto, essas medidas são consideradas insuficientes e ainda não conseguiram frear o superaquecimento. Parece mesmo que a desaceleração econômica mundial desde 2008 não pressiona por uma baixa da taxa de investimento, pois esta permanece próxima a 45% do PIB, sustentada notadamente sobre um vasto programa de investimento público. É verdade que apenas uma minoria de empresas (essencialmente as empresas públicas) acede hoje ao crédito bancário. Contudo, enquanto que hoje é racional, dado o fraco nível das taxas de juros, reinvestir a totalidade de seus lucros (e não aplicá-los), uma alta das taxas incitaria mais os empresários a limitar o reinvestimento de seus lucros, e isso ainda mais devido ao fato de que eles devem enfrentar os fenômenos de superprodução. Por outro lado, tal alta das taxas não ameaçaria prejudicar o consumo das famílias, incitando-as mais a poupar que a consumir, pois a poupança das famílias é, sobretudo, uma poupança de precaução que não depende tanto das taxas de juros e sim da insegurança econômica; além disso, desde o início da década de 2000, são as empresas que explicam a maior parte da poupança chinesa (a taxa de poupança das empresas corresponde a 24% do PIB, contra 20% das famílias): uma alta das taxas de juros estimularia mais uma baixa do investimento das empresas que uma baixa do consumo das famílias, o que permitiria lutar contra a superprodução.

⁶ A dívida pública chinesa não cessa, porém, de aumentar. Oficialmente ela atinge apenas 20% do PIB, mas segundo o presidente do banco central chinês, Dai Xiaolong, em 2002 ela correspondia já a mais de 60% do PIB quando se leva em conta os créditos duvidosos e as dívidas dos governos locais (NHU NGUYEN NGO, 2004).

Figura 5: Taxa de poupança das famílias, das empresas e do governo na China



Fonte: ANDERSON (2007); BANCO MUNDIAL.

Essa elevação das taxas de juros estaria igualmente na origem duma apreciação da moeda chinesa, o que limitaria as pressões inflacionistas e facilitaria a importação de produtos estrangeiros a preços mais competitivos que hoje. Segundo Jonathan Anderson (2007), uma valorização do yuan não seria nefasta para a competitividade do país. A alta dos salários chineses foi de 3-4% ao ano durante os anos 1990, e apesar da ligeira alta de preços assim motivada desde 2004 (notadamente nas indústrias têxtil e de brinquedos), as vendas continuaram a progredir. Jonathan Anderson explica esse fenômeno pelo poder de mercado da China⁷: o país representa sozinho quase 80% das importações de brinquedos dos Estados Unidos. Para ele, uma alta do yuan permitiria diminuir os fenômenos de superprodução, dissuadindo os industriais de investirem nos setores com capacidades de produção ociosas. Devido à fraqueza do yuan, assiste-se assim desde há alguns anos a uma proliferação dos investimento no setor do aço, do alumínio, da maquinaria, etc., setores que conhecem, porém, fenômenos de superprodução importantes. Todavia, a análise de Anderson não nos parece suficientemente rigorosa, pois a ligeira baixa das exportações a partir de julho de 2005, data a partir da qual o yuan começou a se valorizar ligeiramente, pode nos fazer duvidar do “poder de mercado” evocado pelo autor.

Na China, parece, pois, imperativo lutar por todos os meios contra essa taxa de investimento excessiva a fim de terminar com os fenômenos de superprodução. Contudo, nós veremos que o processo de acumulação é acompanhado duma baixa da taxa de lucro que não está forçosamente ligada à superprodução de mercadorias, e que para conter essa

⁷ Por outro lado, como lembra Michel Aglietta (in ARTUS, 2008, p. 38), uma grande parte do valor agregado dos produtos exportados pela China não é chinês, e isso em razão da importância do comércio de montagem. Dessa forma, “se um bem eletrônico de consumo exportado pela China não tem mais que 15% de valor agregado chinês no preço, uma revalorização do yuan de 20% não elevará o preço de venda mais que 3%”.

baixa da taxa de lucro, não existe solução mais benéfica para os industriais que acelerar sem cessar o processo de acumulação a fim de elevar a massa dos lucros.

A baixa da taxa de lucro na China

A evolução da produtividade do capital na China

Nessa parte, nós procuraremos demonstrar a ligação que pode existir entre a teoria sobre a baixa tendencial da taxa de lucro⁸ e os problemas que encontra o investimento na China. Os dados oferecidos pelas agências de estatística da China dizem respeito a grandezas tão importantes e tão difíceis de calcular, que nós insistimos aqui no fato de que os resultados obtidos não são mais que estimativas e que apenas nos importa a evolução dessas grandezas. Nós veremos que a composição orgânica do capital não cessou de aumentar desde há mais de duas décadas. Ora, tal evolução ameaça afetar, em certas circunstâncias (notadamente se a alta da composição orgânica for superior ao aumento da taxa de exploração) o nível da taxa de lucro, taxa correspondente à seguinte fórmula: $(mv/v)/((c/v) + 1)$, com mv/v como taxa de exploração e c/v como composição orgânica do capital. Nós mostraremos que a evolução da taxa de lucro nesse país está em posição de explicar melhor os problemas encontrados pelo processo de acumulação.

Cálculo da taxa de lucro

Para calcular essa taxa de lucro que, segundo Karl Marx, corresponde a $MV/(C + V)$, nós consideramos que é possível utilizar os dados econômicos fornecidos pelos escritórios de estatística oficiais do país. Para Marx, a taxa de lucro se calcula, porém, em valor, e não em preço. Apesar de não ser pertinente entrar aqui no debate preço/valor, estabelecido desde o início do século XX, nós teremos por hipótese que, no nível nacional, a soma dos preços corresponde à soma dos valores. Para nosso cálculo, o debate sobre a transformação do valor em preço será, portanto, deixado de lado. Quanto aos dados utilizados, nós consideramos que aquilo que se aproxima melhor da mais-valia em Marx corresponde ao PIB ao qual se subtrai a massa salarial (em Marx, o valor da produção corresponde a $MV + V + C$, com MV como mais-valia, V como capital variável e C como capital constante. Ora, o PIB, soma dos valores agregados, não leva em conta os "consumos intermediários", que nós podemos assimilar a C , mas compreende a massa salarial que é, portanto, necessariamente subtraída para obter a mais-valia). Naquilo que concerne ao capital constante, nós tomamos o estoque de capital fixo utilizado ao qual subtraímos o investimento residencial, investimento que mesmo fazendo parte da FBCF, não participa no processo de acumulação no seio do aparelho produtivo. Enfim, para o capital variável, nós tomamos simplesmente a massa salarial do país; segundo Marx, o capital variável corresponde, porém, apenas aos

⁸ Essa teoria está situada no prolongamento das teses "estagnacionistas" dos economistas clássicos (de Smith a Ricardo), e foi desenvolvida por Karl Marx. Ela foi criticada no plano teórico, mas não se trata aqui de fazer um inventário desse debate teórico. A tese de Marx nos serve apenas de enquadramento analítico para compreender certos fenômenos econômicos que estavam até então inexplicados.

trabalhadores produtivos. Não obstante, nós não faremos essa distinção, pois tanto no nível estatístico quanto no teórico, é extremamente difícil distinguir esses trabalhadores daqueles improdutivos ou “indiretamente produtivos”; de outra parte, a massa salarial, relativamente ao estoque de capital fixo, é extremamente fraca, e subtrair os salários dos improdutivos não mudaria quase nada.

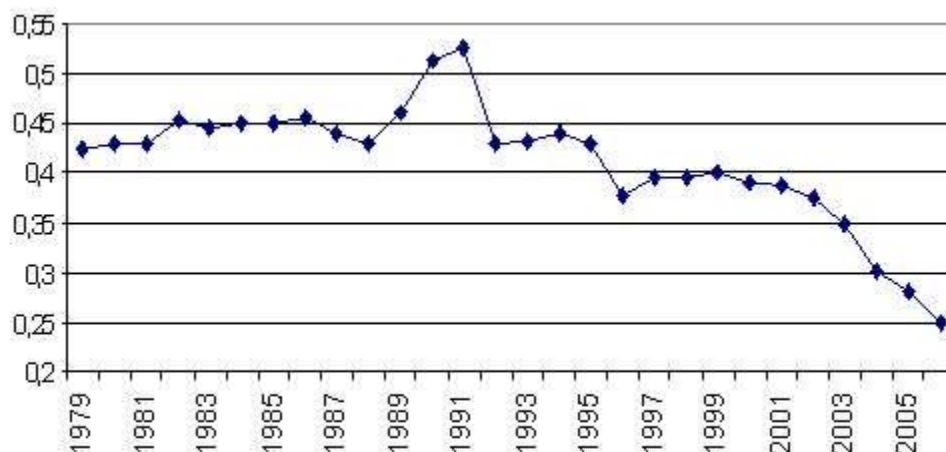
Seria possível nos fazer a crítica por utilizar o termo “produtividade do capital”, pois segundo uma abordagem marxista, apenas o trabalho está em posição de criar mais-valia, de modo que apenas o trabalho é produtivo. No entanto, pelas necessidades de nossa análise, e sob o risco de engendrar querelas sobre os termos utilizados, nós deixaremos de lado essa crítica. Além disso, apesar de em Marx o capital constante corresponder aos bens de capital e às matérias-primas (ou seja, a todos os elementos que estão em posição de transmitir seu próprio valor à mercadoria produzida sem produzir eles mesmos valor), nós não tomamos aqui outra coisa que não o capital fixo, isto é, os meios de produção materiais que não são destruídos ao longo do processo de produção e cuja duração de vida é superior a um ano. A fim de facilitar a comparação com a França e de beneficiar-se com dados semelhantes, nós omitiremos as matérias-primas (capital circulante) em nosso cálculo do capital constante. Mesmo adicionar o custo dessas matérias-primas ao capital fixo obtido pouco mudaria nossos resultados, pois esse custo permanece negligenciável em comparação com aqueles dos bens de capital; sobretudo, essa tomada em conta das matérias-primas não faria mais que reforçar os resultados obtidos, pois ela tenderia a elevar ainda mais a composição orgânica do capital. Lembremos que nossos cálculos sobre a taxa de lucro e a composição orgânica do capital são apenas estimativas, e que apenas nos importa a evolução dessas grandezas.

Não se pode analisar a baixa da taxa de lucro num país sem estudar a evolução de sua produtividade do trabalho e do capital. Para necessidades de nossa análise, nós consideraremos que a composição orgânica do capital corresponde àquilo que nós chamamos geralmente intensidade capitalística. Se a alta da produtividade do trabalho ultrapassa aquela do capital, então a composição orgânica do capital (ou a intensidade capitalística) conhecerá uma evolução ascendente, e vice-versa. Para simplificar, se $\uparrow mv/v > \uparrow mv/c$, isso significa que $\uparrow c > \uparrow v$, e que $\Delta c/v > 0$. Nós vimos anteriormente que a China se confronta hoje com um problema de superinvestimento. Ora, esse “superinvestimento” se manifesta no fato de que a produtividade global dos fatores tenda a estagnar-se, e que a forte alta da produtividade do trabalho, observada nesse país desde 1991, se obtenha essencialmente por uma baixa da produtividade do capital, e, portanto, por uma alta da composição orgânica do capital.

A baixa da produtividade do capital é geralmente vista como consequência direta dos fenômenos de superprodução. Por exemplo, tal evolução seria devida, segundo Cieniewski (2006), à multiplicidade de empresas de pequeno porte que permanecem em atividade por razões sociais ou na esperança dum comprador. Essa fraca concentração tende a provocar uma guerra de preços e um crescimento em volume extremamente forte da produção. Desde

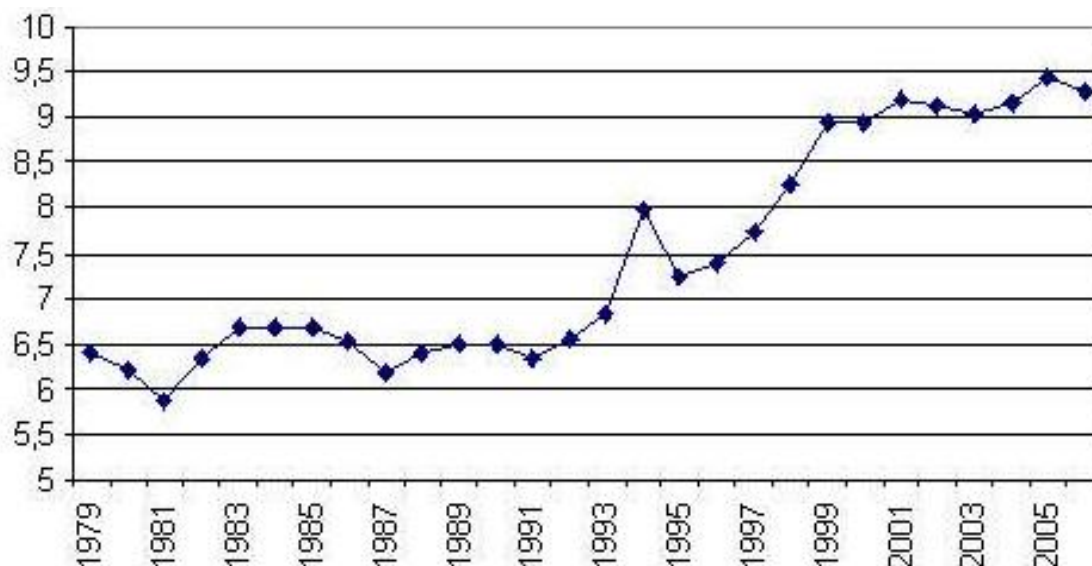
2004-2005, observa-se assim um aumento da proporção de empresas não-rentáveis e uma desaceleração da produtividade (CIENIEWSKI, 2006).

Figura 6: Produtividade do capital na China, de 1979 a 2006

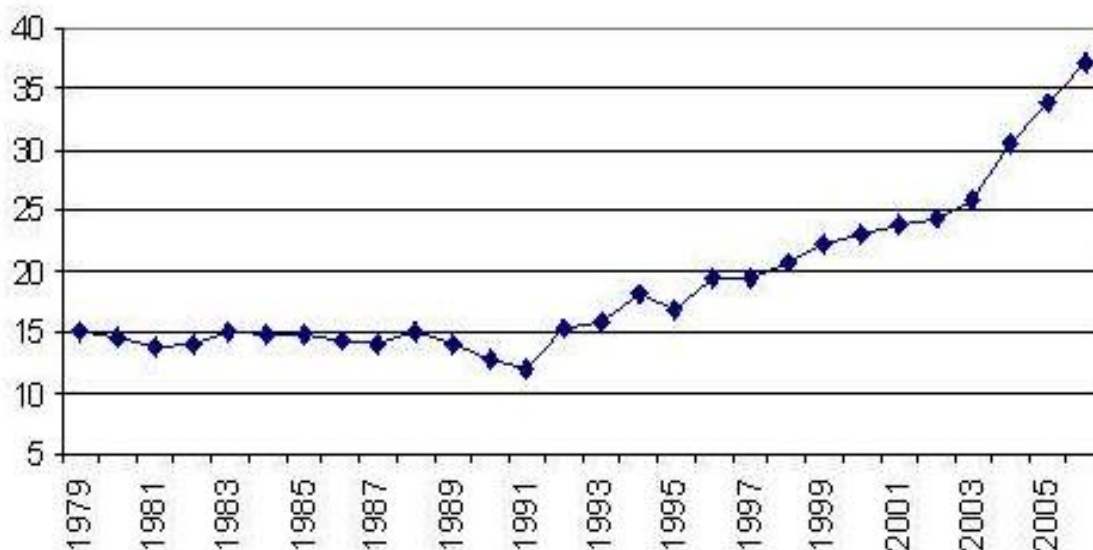


Fonte: China Statistical Yearbook, (Produtividade do capital em valor: PIB/estoque de capital fixo), gráfico elaborado pela autora. Os dados para 2007 e 2008 ainda não estão disponíveis.

Figura 7: Produtividade do trabalho na China, de 1979 a 2006



Fonte: China Statistical Yearbook, (Produtividade do trabalho em valor: PIB/massa salarial), gráfico elaborado pela autora. Os dados para 2007 e 2008 ainda não estão disponíveis.

Figura 8: Composição orgânica do capital na China, de 1979 a 2006

Fonte: China Statistical Yearbook, (Composição orgânica do capital: estoque de capital fixo/massa salarial), gráfico elaborado pela autora. Os dados para 2007 e 2008 ainda não estão disponíveis.

O nível crescente de desigualdades permite às classes mais abastadas mobilizar muito capital assim como uma mão de obra extremamente barata. Daí que a produção se ponha a exceder regularmente as capacidades de consumo nacionais. Mesmo que as exportações possam contribuir para absorver em parte essa forte produção, elas não estão em posição de substituir todo um mercado interno. Como nós já o estudamos anteriormente, a maioria das empresas funciona geralmente com menos de 60% de sua capacidade de produção. Numa tal situação, o estoque de capital fixo pode aparecer excessivamente elevado (em razão da dificuldade de adaptar esse estoque às flutuações econômicas) relativamente àquilo que é produzido, o que pesa sobre a produtividade do capital. Ao contrário, é muito mais fácil diminuir o volume de mão de obra utilizado: é a razão pela qual a produtividade do trabalho não é empurrada para baixo por esses fenômenos de superprodução. Pelo contrário, essa produtividade está em alta...

A alta da produtividade do trabalho e a baixa da taxa de lucro

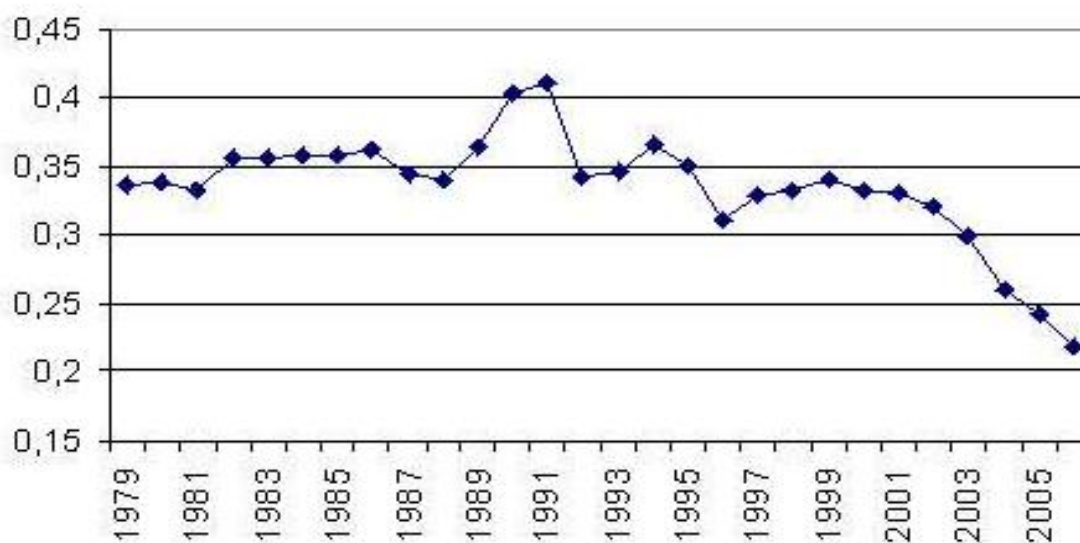
A elevação importante da produtividade do trabalho na China dos anos 1990 se explica notadamente pelo desaparecimento da proteção social assegurada a numerosos trabalhadores assalariados pelas empresas do Estado, essas últimas desaparecendo pouco a pouco da paisagem econômica. A taxa de exploração se eleva tão bruscamente para responder à abertura econômica do país e à concorrência internacional. É efetivamente indispensável para esse país adaptar-se às novas técnicas de produção e substituir progressivamente o trabalho pelo capital. Isso se manifesta notadamente por uma extremamente fraca elasticidade da demanda de trabalho frente ao crescimento econômico:

segundo a OCDE, essa elasticidade atinge somente 0,1 no decênio 1990, enquanto esse valor é próximo de 1 no caso do Brasil.

O aparelho produtivo produz, portanto, cada vez mais mercadorias com, proporcionalmente, cada vez menos trabalho, o que eleva consideravelmente a produtividade do trabalho. Essa elevação da produção é obtida não apenas por uma intensificação do ritmo de trabalho, mas, sobretudo, por uma utilização maior dos bens de capital, o que pesa, na falta de real progresso técnico, sobre a produtividade do capital. Enquanto que em 1980, eram necessários de 2 a 3 dólares de investimento para obter 1 dólar de crescimento suplementar, em 2000 eram necessários 4 dólares de investimento para atingir o mesmo resultado. O peso do investimento sobre o crescimento é, portanto, excessivamente elevado (numa relação de 1 para 4, enquanto que na Índia é de 3 para 1) (PLANTADE, 2006, p. 181).

É, portanto, essencialmente o processo de acumulação que explica a baixa de produtividade do capital e o aumento da composição orgânica do capital. Um estudo recente de Xiaoqin Fan (2005) visa assim a explicar, em função da evolução de sua produtividade do capital, as performances econômicas distintas da China e da Índia. Contrariamente à Índia, que apresenta uma taxa de investimento menor e uma elevação de sua produtividade de capital, a baixa da taxa de lucro na China se explicaria por uma baixa de produtividade do capital (XIAOQIN FAN, 2005). Nós associamos aqui a teoria de Marx segundo a qual uma alta da composição orgânica do capital, suscitada por uma baixa da produtividade do capital (enquanto a produtividade do trabalho continua a aumentar), tende a diminuir a taxa de lucro. Entre 1960 e 1972, a taxa de lucro no Japão girava em torno de 30%, e nos Estados Unidos e na Alemanha era superior a 20%: hoje, na China, essa taxa gira em torno de 8,5% (XIAOQIN FAN, 2005). Nós veremos que os resultados de Xiaoqin Fan para as taxas de lucro são diferentes dos nossos, notadamente porque ele leva em conta uma fórmula diferente daquela proposta por Marx (em denominador, todo o capital fixo, inclusive o residencial, é levado em consideração; e no numerador, os impostos são separados da mais-valia, enquanto que em Marx, esses últimos fazem parte diretamente dessa mais-valia). Entretanto, nós chegaremos finalmente às mesmas conclusões que esse estudo, e sobre a importância da composição orgânica para determinar a taxa de lucro.

Figura 9: Taxa de lucro na China, de 1979 a 2006



Fonte: China Statistical Yearbook (Taxa de lucro: $(\text{PIB-massa salarial})/(\text{estoque de capital fixo} + \text{massa salarial})$), gráfico elaborado pela autora. Os dados para 2007 e 2008 ainda não estão disponíveis.

De acordo com a análise de Karl Marx, a composição orgânica pesa sobre a taxa de lucro. Ora, essa baixa se verifica no gigante asiático. Como nos revelam os gráficos 8 e 9 acima, e de acordo com nossos cálculos, esse país conheceu desde 1991 uma baixa de sua taxa de lucro, simultaneamente a uma alta da composição orgânica (em contraste, no decênio de 1980, a taxa de lucro teve antes tendência a estagnar-se, enquanto que a composição orgânica permanecia estável; de 1987 a 1991, a taxa de lucro aumentou ligeiramente em paralelo a uma baixa da composição orgânica).

Nós observamos anteriormente que na China os fenômenos de superprodução são cada vez mais importantes em razão do descompasso entre a evolução da oferta e aquela da demanda. Para compensar a baixa da taxa de lucro, as empresas são geralmente incitadas a aumentar sua massa de lucro produzindo cada vez mais. Dessa forma, "o capitalista reduz voluntariamente seu lucro sobre cada mercadoria, mas compensa produzindo mais" (MARX, *Le Capital*, Livro III, 1972, p. 1014). Um dos principais debates atuais sobre a economia chinesa consiste em observar uma elevação da massa de lucro, enquanto a taxa de lucro não cessa de baixar: para certos autores (HOFMAN e KUJIS, 2006), tal situação é antes benéfica, apenas a massa de lucro beneficiando-se duma real importância; ora, ela aumenta 36% entre 1999 e 2005, o que não seria negligenciável (HOFMAN e KUJIS, 2006). Entretanto, esse aumento da massa de lucro se efetua paralelamente ao aumento constante das capacidades de produção ociosas, e a baixa da taxa de lucro torna incerto o prosseguimento do processo de acumulação (WEIJIAN SHAN, 2006): o fato de que as empresas possam retirar cada vez menos mais-valia (relativamente ao capital variável e ao capital constante utilizado) poderia rapidamente engendrar dificuldades de financiamento, tanto para as empresas cujo investimento repousa no crédito (notadamente as empresas do Estado),

quanto para as demais. Uma situação de incerteza quanto ao reembolso dos empréstimos efetuados poderia elevar as taxas de juros, apreciar a moeda, e então frear o investimento (por causa das dificuldades de empréstimo, mas também pela baixa das exportações). É então incorreto afirmar que o aumento da massa de lucro pode compensar duravelmente a baixa da taxa de lucro. Pelo contrário, essa "compensação" é responsável por uma multiplicação de fenômenos de superprodução e ameaça bloquear o processo de acumulação.

Além disso, a baixa da produtividade do capital tende a aumentar de forma considerável a composição orgânica do capital, o que pesa sobre a taxa de lucro. A partir de quando esses fenômenos de superprodução e de baixa da taxa de lucro começaram a ser nefastos para o prosseguimento do processo de acumulação? Na China, o setor bancário é muitas vezes acusado pela multiplicação de seus créditos duvidosos: a baixa da taxa de lucro, assim como a importância da produção excedente, poderiam criar um clima de incerteza nos anos seguintes e travar o processo de acumulação. Atualmente, segundo a Moody's, 25% do PIB da China seriam necessários para recapitalizar o sistema bancário chinês. Por outro lado, a dívida externa (bruta⁹) da China não para de aumentar (passando de 170 bilhões de dólares em 2001, a 440 bilhões em 2008), em razão não apenas da dívida contraída pelos bancos chineses e estrangeiros, mas, sobretudo, em razão do crédito comercial. As fragilidades do "modelo chinês" poderiam ser colocadas à luz do dia pelas dificuldades em reembolsar essa dívida, e pela desconfiança crescente dos credores.

O advento duma crise econômica poderia, por exemplo, nascer duma alta nas taxas de juro¹⁰: se é verdade que a maioria das empresas baseiam seus investimentos no autofinanciamento, uma alta das taxas de juro ameaçaria tocá-las diretamente, apreciando fortemente o yuan, tornando mais difícil o crédito interempresas e elevando as taxas de juros no setor bancário informal (setor que assegura 20% do financiamento do investimento chinês). De outra parte, tal alta das taxas de juros poderia frear o investimento, como apontam certos economistas assustados com problema do superinvestimento chinês, incitando os empresários a aplicar suas rendas ao invés de reinvesti-las num aparelho produtivo que se tornou cada vez menos rentável. Enfim, quando se exclui toda possibilidade de alta das taxas de juros (em razão da recusa dos dirigentes chineses em deixar o yuan se apreciar demais), um fator externo tal qual uma forte desaceleração do consumo norte-americano ou uma depreciação brutal do dólar poderia provocar uma recessão econômica: dessa forma, a China possui mais de 174 bilhões de dólares em Bônus do Tesouro norte-americano, e segundo o CEPII, tal depreciação do dólar ameaçaria

⁹ Esse dado deve, contudo, ser relativizado, pois a dívida líquida da China (diferença entre a dívida bruta e o conjunto do crédito devido pelos chineses no estrangeiro) é negativa em razão da acumulação de importantes reservas cambiais.

¹⁰ Tal alta das taxas de juros se explicaria pela pressão exercida ao mesmo tempo pelos Estados Unidos e pelas instâncias econômicas como o FMI para lutar contra uma "concorrência desleal" da China ligada à subvalorização de sua moeda. Por outro lado, até o fim do ano de 2008, o governo chinês evocava cada vez mais frequentemente a possibilidade de operar nas taxas de juros para frear a inflação, que atingia 8,7% em fevereiro de 2008 (notadamente em razão da alta do preço dos gêneros alimentares). Mas os riscos de deflação atuais, ligados à baixa do preço das matérias primas e à queda do consumo mundial, tornam hoje essa política econômica pouco provável.

traduzir-se numa perda de 5,7% de seu PIB, seja em razão da baixa das exportações que se seguiria, seja pela desvalorização dos Bônus do Tesouro norte-americano. Tais evoluções ameaçariam então fazer cair bruscamente a taxa de acumulação e revelar as profundas incoerências do modo de acumulação da China.

Conclusão

Essa análise parece, portanto, ir ao encontro do discurso corrente sobre o boom econômico sem precedentes da China e o risco que coloca a emergência duma tal potência para os países do Centro. A baixa da taxa de lucro, com a qual se confronta o aparelho produtivo desse país, ameaça ser nefasta para o prosseguimento de seu processo de acumulação. A fim de lutar contra os fenômenos de superprodução que são correntemente acusados, são, contudo, avançadas numerosas soluções por parte dos especialistas da China. Não obstante, a desaceleração do processo de acumulação engendrado por essas soluções ameaçaria fazer reaparecer causas muito mais profundas da crise que as capacidades de produção ociosas. Enquanto que a teoria do descolamento é hoje largamente aceita por numerosos economistas, é provável que a crise mundial revele nos próximos anos as contradições do modelo econômico chinês.

O plano de relance de 4 trilhões de yuans (450 bilhões de euros) estabelecido pelo governo chinês em novembro de 2008 não é provavelmente o que melhor se adapta aos problemas encontrados pelo aparelho produtivo. Ele visa estimular o investimento, e acelera, portanto, a partir desse estímulo, a baixa da taxa de lucro e os fenômenos de superprodução. Um incentivo mais direto e mais intenso do consumo teria ao menos o mérito de fazer crescer o tamanho do mercado interno e absorver em parte as capacidades de produção ociosas. Um consumo nacional insuficiente permanece assim um dos problemas principais do país, e isso tanto mais quando a crise mundial pesa fortemente sobre o crescimento chinês em razão da queda do comércio mundial.

Bibliografia

- AGLIETTA, M.; LANDRY, Y. 2007, *La Chine vers la superpuissance*, Economica, Paris, 176 p.
- ANDERSON, J. 2007, "China should speed up the yuan's rise", in *Far Eastern Economic Review*, verão.
- ARTUS, P. 2008, *La Chine*, Le Cercle des Economistes, Presses Universitaires de France, Paris, 93p.
- BANCO MUNDIAL 1997, *China 2020*, World Bank, Washington, 161 p.
- BARNETT, S. ; BROOKS, R. 2006, "What's driving investment in China", IMF Working Paper n° 265, novembro, 39 p.
- BENAROYA, F. ; CIENIEWSKI, S. 2004, "Chine: la longue marche vers la société de prospérité moyenne", DREE dossiers, outubro, www.dree.org.

- BOUTILLIER, S. ; UZINIDIS, D. 1989, *Chine, Questions sur l'ouverture aux multinationales*, L'Harmattan, Paris, 157 p.
- CHANG, G. 2001, *The coming collapse of China*, Random House, Nova York, 344 p.
- CIENIEWSKI, S. 2005, "Les entreprises chinoises. Forces et faiblesses. Défis et perspectives", Article DREE, 14 dezembro, 7 p., www.dree.org.
- CIENIEWSKI, S. 2006, "La profitabilité des entreprises chinoises", Fiches de Synthèse DREE, 28 abril, 7 p., www.dree.org.
- DELOZIER, B. ; HOCHRAICH, D. 2006, "L'investissement en Chine est-il excessif?", in *Economie et Prévisions*, n° 173, fevereiro.
- EYRAUD, C. 1999, *L'entreprise d'Etat chinoise, De l'institution sociale totale vers l'entité économique*, L'Harmattan, Paris, 397 p.
- FELIPE, J. ; XIAOQIN FAN, E. 2005, "The diverging patterns of profitability, investment and growth of China and India, 1980-2003", CAMA Working Paper Series 22/2005, The Australian National University, novembro, 38 p.
- GAULARD, M. 2009, *Accumulation du capital et inégalités: une approche comparée Chine/Brésil*, Thèse de doctorat, Panthéon-Sorbonne, Paris, 570 p.
- HAY, F., YUNNAN, Shi 2006, *La Chine: forces et faiblesses d'une économie en expansion*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, 411 p.
- HE QINGLIAN 1999, "China's latent economic crisis and potential risks", in *Modern China Studies*, vol. 65, n° 2.
- HENRY, G-M. 2006, *Quand la Chine s'essoufflera: atterrissage en douceur ou crash*, Studyrama, Levallois-Perret, 223 p.
- HOFMAN, B. ; KUJIS, L. 2006, "Profits drive China's boom", *Far Eastern Economic Review*, outubro, pp.39-43.
- KRUGMAN, P. 2000, *Pourquoi les crises reviennent toujours*, Seuil, Paris, 213 p.
- KUJIS L. ; TAO WANG 2005, "China's pattern of growth: moving to sustainability and reducing inequality", *China and the World Economy*, vol. 14, n° 1, janeiro-fevereiro.
- LARDY, N. 2006, "China: toward a consumption-driven growth path", Institute for International Economics, Washington, outubro.
- LIN, J. 2000, *Le miracle chinois, stratégie de développement et réforme économique*, Economica, Paris, 250 p.
- LIN, J. ; FANG CAI, Zhou Li 2007, "The Lessons of China's transition to a market economy", in *The CATO Journal*, vol. 16, n° 2.
- LINDBECK, A. 2006, "An Essay on Economic reforms and social change in China", *World Bank Policy Research Working Paper*, n° 4057, novembro.
- MADDISON, A. 1998, *L'économie chinoise, une perspective historique*, OCDE, Paris, 212 p.
- MARX, K. 1972, *Le Capital, Livre III*, La Pléiade, Gallimard, Paris.
- MINQI LI 2003, "Aggregate demand, productivity, and disguised unemployment in the Chinese Industrial Sector", *World Development*, Vol. 32, n° 3, outubro, pp. 409-425.

NHU NGUYEN NGO (2006), "Chine: bilan social contrasté d'un formidable essor", BNP Paribas, *Conjoncture*, julho.

PALLEY, T.L. 2006, "External contradictions of the Chinese Development Model: export-led growth and the dangers of global economic contraction", *Journal of Contemporary China*, vol. 15, n° 46, fevereiro, pp. 69-88.

PEROTTI, E.C., Sun Laixiang 1998, "State-owned versus township and village enterprises in China", The United Nations University, World Institute for Development Economics Research, Working Paper n°150, septembre, <http://www.eldis.org/static/DOC7017.htm>, 35 p.

PLANTADE, J.M. et Y. 2006, *La Face cachée de la Chine*, Bourin Editeur, Paris, 284 p.

WEIJIAN SHAN 2006, "The World Bank's China delusions", in *Far Eastern Economic Review*, setembro, pp. 29-32.

WEIJIAN SHAN 2006, "China's low-profit growth model", in *Far Eastern Economic Review*, novembro, pp. 23-28.

WU YANRUI 1996, *Productive performance in Chinese enterprises*, Macmillan Press, Londres, 188p.